

A QUESTÃO SOCIAL E AS NOVAS GERAÇÕES

Márcio Santos de Santana¹

Resumo

A primeira metade do século XX foi marcada por uma profunda alteração no tratamento dado à Questão Social. O Estado assumiu a gestão do problema alterando a maneira de lidar com o segmento pobre da sociedade. A gradual transição de um Estado Liberal para um Estado Corporativo, iniciada na década de 20, foi um marco na intervenção na área social. Forte engenharia social teve início no Brasil nessa época. À direita ou à esquerda do espectro político, grupos plenamente constituídos buscaram na juventude a força social renovadora. Este paper analisa as disputas pelo controle do poder no Brasil, especificamente a disputa pela juventude, grupo social tido como essencial para reprodução dos projetos políticos em confronto.

Palavras-chave: Juventude – Questão Social – Política.

Abstract

The first half of the twentieth century was marked by a profound change in the treatment given to the Social Question. The state took over management of the problem by changing the way of dealing with the poor segment of society. The gradual transition from a Liberal State to a Corporate State, started in the decade of 20, was a mark in the intervention in social problems. Strong social engineering began in Brazil at that time. To the right or left of the political spectrum, fully formed groups sought to force the youth social novel. This paper analyzes the dispute for control of power in Brazil, specifically the dispute for youth, social group considered essential for replication of the projects in political confrontation.

Keywords: Youth – Social Matter – Politics.

As primeiras décadas do século XX no Brasil foram marcadas pela crescente participação do poder público na área social. O processo foi complexo, tomado por movimentos de avanço e retrocesso no que concerne à implantação de políticas públicas visando combater os problemas sociais ou, conforme expressão de época, a Questão Social. A atenção direcionada às novas gerações pelos diversos grupos políticos em confronto no decorrer dos anos 1920 e 1940, período abarcado por este trabalho, compõem o quadro de transformações mencionadas. Várias forças disputavam a legitimidade política e naturalmente o próprio poder. O segmento jovem da sociedade funcionava simultaneamente como símbolo da renovação clamada por amplos setores da opinião pública brasileira e como público-alvo estratégico para reprodução dos projetos em disputa no cenário político e, também, como possibilidade de manutenção da ordem estabelecida.

¹ Doutorando em História pela FFLCH/ USP, sob a orientação da Prof^a Dr^a Esmeralda B. B. Moura.

A exacerbação da engenharia social promovida pelos governos totalitários (nazi-fascistas e comunistas), a crença no papel interventor e/ou redentor do Estado, a evolução constante da indústria cultural, além de muitos outros eventos, renovaram o caráter estratégico da memória como elemento de construção social. A memória é parte constitutiva das sociedades desde tempos remotos, por ser “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva”, sendo que sua “busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Controlar a recordação e a tradição é objeto de desejo de muitos, pois a mesma se converte em *instrumento* e em *objeto de poder*. Não se realiza uma revolução sem antes reordenar toda a leitura do passado de uma sociedade e, para isso, é necessário primeiro controlar a memória. Na tentativa de construir legitimidade para suas ações políticas, as forças em confronto atuam na construção da memória social numa perspectiva favorável às seus projetos e metas traçadas (LE GOFF, 2003: 469).

Variados campos políticos disputaram a influencia sobre as novas gerações. Malgrado as abissais diferenças de objetivos entre os seus projetos, havia um elo comum: o olhar instrumental lançado sobre a juventude. A formação do Homem Novo, utopia mais ampla, que ultrapassou os estreitos limites temporais e geográficos desta pesquisa, passava obrigatoriamente pela infância e juventude (FURET, 1995: 12). A época contemporânea, conforme constatou um estudioso, foi dominada pelo mito da infância, no qual a criança é retratada como um período da vida marcado pela espontaneidade e pela naturalidade, qualidades supostamente perdidas na vida adulta, sendo, portanto, “um dos modelos daquele homem novo, mais livre e mais genuíno, não-repressivo e não autoritário”, cujo projeto “visa a educação nas sociedades atuais, democráticas e libertárias” (CAMBI, 1999: 392). Essa projeção não tardou a ser estendida às fases etário-culturais posteriores. A abertura para o futuro, elemento constitutivo da contemporaneidade, desembocou na ação governamental e de grupos políticos com o intuito específico de construir o que entendiam por um futuro melhor para as novas gerações

O grupo político articulado em torno da figura de Getúlio Vargas arquitetou uma identidade antagônica à das oligarquias da Primeira República, realidade política a ser superada em razão do quadro de anomia social gerado pela maneira como as mesmas governavam o país. Desde o início do governo de Vargas, a auto-imagem construída para seu grupo político era o de ser o único com capacidade de alçar o Brasil à condição de país moderno, superando as mazelas sociais que tanto assolavam o país, através do enfrentamento da temida Questão Social. Entendida num primeiro momento como questão operária, a noção

de Questão Social foi posteriormente ampliada, designando o complexo conjunto de problemas sociais que ameaçavam a ordem e a estabilidade por fragilizar o tecido social.

A experiência histórica desenvolvida após a posse de Getúlio Vargas na Presidência da República foi marcada pelos avanços na formulação e principalmente na implantação da legislação social, com o fito de equalizar a relação capital-trabalho, mas também de amplo retrocesso no plano das liberdades individuais, especialmente dos trabalhadores industriais. O suposto liberalismo dos tempos da Aliança Liberal foi rapidamente abandonado e o escárnio pela democracia foi externado. Além do controle ao movimento sindical e da legislação trabalhista cerceadora da ação do trabalhador, o regime pós-1930 instrumentalizou o sistema educacional em prol de seu projeto político. Destarte, coube à Polícia Política a profilaxia social necessária à construção da ordem, tal como imaginada pelos donos do poder. O governo federal acreditava ser possível controlar o fluxo de idéias...

A educação foi considerada ponto estratégico para o governo estender o seu ímpeto transformador e/ou controlador à sociedade. Isaias Alves, um dos expoentes do Estado Novo, externou as diretrizes do processo, ao afirmar que “não bastam idéias para construir as nações”. As idéias devem ser disseminadas para se tornarem forças políticas capazes de produzir mudanças. A concepção autoritária e elitista é inegável, pois, nessa linha de raciocínio, para que as mudanças se processassem seriam “necessárias forças morais e espirituais” capazes de aglutinar e coordenar as multidões, funcionando, dessa maneira, como “os guias do pensamento coletivo”. Portanto, o trabalho de disseminação das idéias deveria conduzi-las às “camadas médias da sociedade”, consideradas responsáveis pela reprodução das mesmas. Somente dessa maneira seria possível “esclarecer os rumos da vida humilde dos construtores anônimos da Pátria”, considerados incapazes de gerenciarem tal processo (ALVES, 1939: 5).

O corporativismo foi o sistema adotado para controlar a sociedade. A rede escolar, a União Nacional dos Estudantes e a Juventude Brasileira compõem o quadro institucional usado para executar o ímpeto controlador do Estado sobre a juventude, de maneira que, segundo a explicação oficial, as novas gerações fossem formadas com base em sólidos valores morais e sociais. O ministro da Educação e Saúde condensou a perspectiva do governo ao sustentar, num evento público, que a educação “deve tomar partido ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores” (CAPANEMA, 1937: 21). Nilo Pereira, titular do Departamento de Educação de Pernambuco foi ainda mais explícito ao externar a opinião de que “o sucesso do nosso regime depende do sistema de educação imposto e controlado pelo Estado. Fora daí seria perder tempo, palavras e dinheiro” (ALMEIDA, 2001: 37-39).

Converter crianças e adolescentes em cidadãos ordeiros e pacíficos seria a missão da rede escolar. Por ordeiro e pacífico deve-se entender obediente, acrítico e apolítico.

As novas gerações também foram consideradas alvo estratégico para a pregação do comunismo. Os militantes desse segmento demonstraram forte empenho na organização e atuação política. Como porta-vozes da revolução internacional redentora, suas discussões, ações e programas iam muito além dos problemas da juventude brasileira. Apesar desse extravasamento, os comunistas estiveram na vanguarda política que consolidou uma pauta de reivindicações específicas para os jovens brasileiros, sobretudo em razão do congresso organizado, ainda que sem atingir todas as metas propostas ou mesmo todas as discussões esperadas. A ação cultural, diluída na militância política, foi entendida como elemento de transformação, etapa obrigatória na construção da sociedade idealizada como livre, redentora dos pobres e miseráveis, na qual os mais novos desfrutariam de liberdade e autonomia com relação aos adultos.

O Integralismo, que ao contrário do comunismo, seu adversário principal, gozou de relativo apoio governamental e, por isso, espaço de atuação perante a opinião pública, também considerava um trabalho essencial o cuidado com a formação das novas gerações. A leitura que seu líder fazia da realidade histórica vivida naquele momento é muito reveladora, pois em sua percepção, a civilização corria sérios riscos de dissolução, sobretudo em razão do desenraizamento do homem moderno, cuja conexão com as tradições fora perdida. Sem esse esteio, restara ao Homem apenas um imenso vazio espiritual e a solidão do individualismo moderno de linhagem liberal. Nesse sentido, resgatar a tríade Deus, Pátria e Família seriam o caminho para a atribuição de um novo significado para o mundo moderno, bem como a reestruturação da civilização em novas bases. A missão das novas gerações era a de reconstrução do mundo em bases que usariam os valores da tradição para fornecer estabilidade à modernidade desenfreada que os integralistas vivenciavam e renegavam por temor aos seus resultados (TRINDADE, 1974).

O Estado Novo abortou definitivamente tanto o projeto comunista quanto o integralista. O corporativismo permitiu a instrumentalização do controle social exercido pelo regime. Na perspectiva conservadora do Ministério da Educação e Saúde, o governo federal deveria se concentrar na formação de uma elite culta e preparada para dirigir o país, de modo a conduzi-lo ao desenvolvimento tão almejado. Dessa maneira, de acordo com a ortodoxia, seria desperdício de tempo e de recursos materiais e humanos, o investimento na universalização do ensino de imediato. Formados os líderes, o país passaria então à formação dos liderados. Nessa linha de pensamento, a universidade adquiria papel estratégico e os seus

estudantes tornar-se-iam altamente visados. Estruturar uma nova instituição para os jovens universitários, tal como o fascismo fizera na Itália, foi idéia rapidamente rechaçada por Capanema, após seus burocratas empreenderem, com o auxílio dos diplomatas brasileiros, minuciosa pesquisa sobre a realidade dos jovens em outros países e a ação estatal sobre suas vidas. O apoio à UNE com a visível intenção de direcionar as suas ações não tardou, na medida em que essa instituição, assim como diversas outras como as de escotismo, já estavam estruturadas e portavam a legitimidade de representação tão visada pelo ministério.

Nesse sentido, retomo análise elaborada por um estudioso do tema, sobre o significado da posição de intensa conciliação dos estudantes com o governo federal nos primórdios da UNE, segundo a qual haveria um casamento de interesses: os estudantes seguiam uma estratégia para conseguir o reconhecimento e o governo, por seu turno, estaria lançando um “gesto demagógico” para manipular os estudantes. Como constatou o estudioso, “a centralização da representação de interesses admitida pelo Governo no pós-30 e institucionalizada com o Estado Novo, configura a forma de atuação do movimento estudantil e, em particular, da UNE” (SALDANHA, 2005: 19). O enfrentamento direto do governo implicaria em pesada repressão policial. Ao mesmo tempo, devemos considerar que muitos desses jovens ficaram extasiados pela sedução do poder estatal.

O ousado sistema de controle social erguido pela ditadura estadonovista começou a ruir a partir do ingresso do Brasil na II Guerra Mundial, lutando no bloco antagônico às ditaduras do eixo Roma-Berlim-Tóquio, em nome da democracia, então ausente na vida política do país. O esvaziamento da Juventude Brasileira foi acelerado em agosto de 1944, ocasião na qual o ministro Gustavo Capanema propôs a extinção do quadro de funcionários da secretaria-geral da instituição, seguido da incorporação do efetivo na Divisão de Educação Física, medida concretizada no ano seguinte, em razão da morosidade da burocracia federal. Os jornais *O Correio da Manhã* e *O Jornal* saudaram a resolução do ministério, defendendo a urgente atualização institucional do país aos novos tempos democráticos (SCHWARTZMAN; BOMENY & COSTA, 2000: 150-151).

O processo de distensão do regime é complexo e extravasa os limites e objetivos deste estudo. Destarte, por meio de dois exemplos é possível registrar a participação da juventude nesse processo, mesmo que de maneira breve. Um dos muitos eventos que marcaram o esgotamento do modelo político brasileiro se processou em 10 de novembro de 1943, data na qual a diretoria da Associação Comercial de São Paulo, seguindo o protocolo institucional, reuniu-se para a 38ª Reunião Ordinária. Um dos temas abordados, entretanto, rompia com a pauta tradicional: os diretores da entidade deliberaram sobre a repressão da polícia contra uma

manifestação dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo realizada no dia anterior.

Os estudantes que participaram da Passeata das Mordaças (ou do Silêncio), denominação pela qual o episódio ficou conhecido, percorreram pontos importantes do centro da cidade de São Paulo em protesto contra a não realização de eleições presidenciais, conforme estava previsto na Constituição de 1937. Em razão da proibição do evento por parte do interventor federal, os cerca de 300 estudantes presentes percorreram o trajeto em silêncio, realizando, dessa maneira, um duplo protesto, contra a ausência de eleições e também contra a proibição de suas manifestações. A repressão foi imediata, resultando na morte do estudante Jaime da Silva Telles. Um dos diretores da ACSP presenciou a repressão aos estudantes de direito e considerou a prática inaceitável. A entidade emitiu uma nota de protesto na qual reclamava “contra as violências desnecessárias”, assim como exigia a enérgica apuração dos fatos e punição dos culpados. O ponto de discórdia residia na utilização de expedientes truculentos em um “centro de cultura e de civilização como o de São Paulo” (ATA DA 38ª REUNIÃO..., 1943: 618).

O consenso corporativista começava a ruir, pois o descontentamento atingira setores poderosos da sociedade. Entretanto, ainda demoraria um pouco para que as liberdades individuais fossem realmente conquistadas. Em janeiro de 1945, a Polícia Política reprimiu um protesto de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, realizada no bar “Ao Franciscano”. O local onde foram comemorar, após a cerimônia de formatura, era um trivial ponto de encontro de opositores do regime. A banalidade do episódio demonstra a intensidade da atuação do aparelho de repressão. Vários estudantes foram presos sob a acusação de “crime contra o presidente da República”, por um dos participantes ter derrubado a fotografia de Vargas que se encontrava no local. Durante o interrogatório a maioria negou qualquer contribuição para transformação da comemoração em evento político.

O Estado Novo sucumbiu às pressões democráticas e a falta de apoio das forças armadas. A solução conciliatória alcançada retirou Vargas do poder, mas não tocou em seu legado. Encerrava-se um período importante da história brasileira, no que concerne à disputa pelas novas gerações. A reorganização das forças políticas produziu a recriação dessas disputas em novas bases. Outrossim, importantes transformações haviam se processado. O consenso cultural de “fim dos tempos” demandou um novo papel dos atores políticos e dos governos no gerenciamento da sociedade, sobretudo no plano da sensibilidade coletiva e no da atuação social. A reconstrução demandaria um amplo reordenamento das bases civilizacionais, o que direcionava às novas gerações um papel estratégico e, por consequência,

criava um espaço social antes impensável a todos aqueles que ainda não tinham alcançado a maturidade. A adoção de tal estratégia encontra fundamentação na sociologia clássica, especialmente na sua matriz durkeimiana, que considerava a socialização dos novos a ação central do trabalho pedagógico. Os grupos políticos, compartilhando dessa leitura, entenderam que os novos deveriam receber a ideologia nos anos iniciais de sua vida, quando ainda não haviam completado o ciclo de escolhas para ingresso na vida adulta. O efeito esperado dessa socialização era a naturalização da ideologia recebida, haja vista não possuírem, segundo a ortodoxia seguida, um aparato crítico que lhes permitisse refutar as crenças, idéias ou visão de mundo transmitidas. Advém dessa perspectiva a conhecida ironia de Mario de Andrade de que a sociologia era a arte de salvar o Brasil. Fundamentados nela, muitos atores sociais contemplavam modelos e projetos que consideravam ideais para alçar o país ao primeiro escalão da civilização, mas nenhum deles considerou se tais projetos respeitavam os ideais daqueles que seriam salvos.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ALMEIDA, Maria das Graças A. A. de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2001.

ALVES, Isaias. *Educação e brasilidade: idéias forças do Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

ATA DA 38ª REUNIÃO Ordinária do Exercício de 1943. São Paulo, 10/11/1943. Atas da Diretoria Executiva, Biblioteca da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CAPANEMA, Gustavo. *Panorama da educação nacional: realizações*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

FURET François. *O passado de uma ilusão: ensaio sobre a idéia comunista no século XX*. São Paulo: Siciliano, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp, 2003.

SALDANHA, Alberto. *A UNE e o mito do poder jovem*. Maceió: EDUFAL, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B. e COSTA, Vanda M. R.. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo (O fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.